

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NO EDITAL DA OFERTA PERMANENTE

NOTA TÉCNICA Nº 37/2019/SPL/ANP-RJ

### OBJETIVO

A presente nota técnica tem por objetivo subsidiar a Diretoria Colegiada da ANP na deliberação sobre as alterações que se fizeram necessárias no Edital de Licitações da Oferta Permanente de blocos com risco exploratório e áreas com acumulações marginais para outorga de contratos de concessão para exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural, em função: (a) da necessidade de implementar alterações estruturais ao documento, dada a peculiaridade do modelo de contratação e melhorias observadas durante o curso do 1º ciclo da Oferta Permanente, com o intuito de tornar o edital mais claro e objetivo; (b) da inclusão de blocos que obtiveram manifestação quanto à viabilidade ambiental; (c) da inclusão de blocos que não foram arrematados na 16ª Rodada de Licitações; e (d) da exclusão de blocos e áreas que foram arrematados no 1º ciclo da Oferta Permanente.

Para tanto, esta nota técnica está organizada em cinco seções, incluindo esta breve seção introdutória. A segunda seção apresenta a base legal e suas referências. A terceira seção efetua breve histórico da Oferta Permanente, com o intuito de contextualizar as modificações no edital até a presente proposta. A quarta seção tem por objetivo apontar as principais alterações ora implementadas no edital e motivações para tal. Por fim, a quinta seção traz as conclusões do documento.

### BASE LEGAL E REFERÊNCIAS

O Edital de Licitações da Oferta Permanente foi elaborado em consonância com os princípios que regem a Administração Pública e as licitações públicas e de acordo com a legislação aplicável, especialmente a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei nº 9.478/1997, a Lei nº 12.351/2010, a Resolução CNPE nº 17, de 08 de junho de 2017, e a Resolução ANP nº 18, de 18 de março de 2015.

A Lei nº 9.478/1997 dispõe sobre a política energética nacional, cria o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), com a atribuição de formular políticas e diretrizes de energia destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do país, e institui a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) como ente responsável pela regulação, contratação e fiscalização das atividades econômicas da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, cabendo-lhe, entre outras atribuições, a elaboração de editais e contratos e a realização de licitações para concessão dos direitos de exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, celebrando os contratos de concessão delas decorrentes e fiscalizando a sua execução.

A Lei nº 12.351/2010, nos termos do artigo 65, delega ao Poder Executivo o estabelecimento de políticas e medidas específicas visando ao aumento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Cabe destacar, ainda, nos termos do artigo 4º da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17, de 08 de junho de 2017, que a ANP está autorizada a conduzir a Oferta Permanente de campos devolvidos ou em processo de devolução, blocos exploratórios com descobertas devolvidos e áreas que já tenham sido objeto de autorizações de parte do CNPE em licitações anteriores. Ainda sobre o tema, mais recentemente, por meio do Decreto nº 9.641, de 27 de dezembro de 2018, foi delegada competência à ANP para definir blocos em bacias terrestres a serem objeto de licitação, sob regime de concessão, na Oferta Permanente.

Por sua vez, a Resolução ANP nº 18/2015 regulamenta os procedimentos para a realização de licitações sob o regime de concessão, norma esta que norteia o procedimento da Oferta Permanente.

## **BREVE HISTÓRICO DA OFERTA PERMANENTE**

Com o intuito de cumprir as obrigações legais acima mencionadas, com base no arcabouço legal existente e na experiência acumulada pela ANP ao longo das rodadas de licitações já realizadas, a Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), à luz da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 21, II, “b”, do Regimento Interno da ANP, aprovado pela Portaria ANP nº 69/2011, iniciou o processo da Oferta Permanente, com a publicação de seu pré-edital em 27 de abril de 2018.

Como premissa, os blocos e áreas foram selecionados em bacias de diferentes ambientes e modelos exploratórios, com o objetivo de ampliar as reservas e a produção brasileira de petróleo e gás natural, ampliar o conhecimento das bacias sedimentares, descentralizar o investimento exploratório no País, fixar empresas nacionais e estrangeiras no Brasil e oferecer oportunidades a pequenas e médias empresas, em consonância com o art. 65 da Lei nº 12.351/2010, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.

Sendo assim, conforme constava no pré-edital da Oferta Permanente, seu objeto era a outorga de contratos de concessão para exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural em 884 blocos com risco exploratório localizados em 40 setores de 13 bacias sedimentares brasileiras e 14 áreas com acumulações marginais, localizadas em cinco setores de quatro bacias sedimentares brasileiras.

No entanto, em atendimento às Resoluções CPPI nº 01/2016 e CNPE nº 17/2017, as áreas ofertadas nas rodadas de licitações promovidas pela ANP devem ser previamente analisadas quanto à viabilidade ambiental pelos órgãos ambientais estaduais e pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG).

Seguindo a referida recomendação, considerando as diretrizes ambientais emanadas no Parecer Técnico GTPEG nº 04/2018 e na Nota Técnica nº 134/SSM/2018, foram realizadas adequações na quantidade de blocos exploratórios em oferta e retiradas todas as áreas com acumulações marginais (por não terem sido, naquele momento, objeto de manifestação dos órgãos ambientais), totalizando um conjunto de 158 blocos aptos, sob o ponto de vista ambiental, para serem incluídos na Oferta Permanente.

Ainda no conjunto de blocos aprovados originalmente pela Diretoria Colegiada para Oferta Permanente, 10 blocos originários das Rodadas 1 a 6, não haviam sido objeto de autorização por parte do CNPE, através da Resolução CNPE nº 17/2017 (Bacia de Campos: C-M-147, C-M-173, C-M-201, C-M-58, C-M-99, C-M-299, C-M-334, C-M-464, C-M-496; Bacia do Recôncavo: REC-T-280).

Desta forma, a versão publicada em 20 de julho de 2018 do edital da Oferta Permanente de blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais contemplou um total de 148 blocos exploratórios.

Com a publicação da Resolução CNPE nº 8 no DOU de 07 de agosto de 2018, o Conselho Nacional de Política Energética autorizou a ANP a incluir na licitação sob o regime de concessão, no sistema de Oferta Permanente, as áreas e blocos que foram objetos das Rodadas 1 a 6 supramencionados.

Deste modo, o edital da Oferta Permanente de blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais que contemplou os 158 blocos aptos, sob o ponto de vista ambiental, para licitação na Oferta Permanente foi publicado somente em 10 de setembro de 2018.

Em 17 maio de 2019 nova publicação do Edital da Oferta Permanente foi realizada em decorrência da obtenção dos pareceres apontando a viabilidade ambiental para 494 blocos exploratórios e 15 áreas com acumulações marginais. No entanto, em função de restrições de cunho técnico, administrativo e judicial relatados no Nota Técnica nº 13/2019/SPL-E (SEI nº 0214160), o Edital publicado em maio de 2019 contemplou a inclusão de 442 blocos com risco exploratórios e 14 áreas com acumulações marginais.

Assim, a versão vigente do Edital de Licitações da Oferta Permanente, publicada em 17 de maio de 2019, contemplava 600 blocos com risco exploratório e 14 áreas de acumulações marginais em oferta.

Em reunião realizada no dia 26 de junho de 2019, com decisão publicada no Diário Oficial da União - DOU do dia seguinte, a CEL da Oferta Permanente aprovou a primeira declaração de setores de interesse acompanhada de garantia de oferta e divulgou o cronograma do 1º Ciclo da Oferta Permanente.

A sessão pública de apresentação de ofertas do 1º Ciclo da Oferta Permanente ocorreu em 10 de setembro de 2019, tendo sido arrematados 33 blocos e 12 áreas com acumulações marginais. A assinatura dos contratos de concessão decorrentes deste ciclo está prevista para ocorrer até 28 de fevereiro de 2020, conforme o cronograma supramencionado.

## **DA PROPOSTA DE INCLUSÃO DE NOVOS BLOCOS EXPLORATÓRIOS E DA ÁREA DE ACUMULAÇÃO MARGINAL DE JURUÁ**

Em 04 de abril de 2018 a Diretoria Colegiada da ANP aprovou a realização de estudos em 1.039 blocos exploratórios, localizados em 20 bacias sedimentares terrestres e marítimas, de nova fronteira e maduras, totalizando uma área de 437.928,017 Km² em estudo. Adicionalmente, decisões posteriores determinaram a realização de estudos para fins de inclusão no processo de Oferta Permanente de alguns campos devolvidos à ANP.

Os estudos foram concluídos para parte deste conjunto de modo que o presente edital contempla a inclusão de 150 novos objetos no rol de blocos e áreas disponíveis na Oferta Permanente, conforme detalhado a seguir, além da proposta de inclusão dos blocos exploratórios não arrematados na 16ª Rodada de Licitações e exclusão dos blocos arrematados por ocasião do 1º Ciclo da Oferta Permanente.

Em 16/07/2019 foi assinada pelo Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pelo Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Manifestação Conjunta concordando com a oferta de 149 blocos exploratórios e 1 área com acumulações marginais na Oferta Permanente (SEI nº 0341339). A Nota Técnica nº 171/2019/SSM-E (SEI nº 0328087) detalha todo o processo de obtenção dos pareceres ambientais necessários relacionados às referidas áreas e suas diretrizes ambientais.

Ainda, no rol de objetos a serem incluídos encontra-se a área de Juruá, que teve sua inclusão na Oferta Permanente foi determinada pela Diretoria Colegiada por meio da Resolução de Diretoria nº 243/2018, de 09 de maio de 2018. As unidades organizacionais da ANP (SDB, SEP, SDP) efetuaram discussão técnica para determinar qual o melhor enquadramento a ser dado a Juruá para sua inclusão na Oferta Permanente, sendo definido pela SDP que a recomendação técnica seria pela classificação da área como área com acumulações marginais, conforme Nota Técnica nº 062/2019/SDP/ANP-RJ (SEI nº 0449860).

Além dos blocos que tiveram manifestação ambiental favorável, propõe-se também a inclusão dos 24 (vinte e quatro) blocos exploratórios não arrematados na 16ª Rodada de Licitações, localizados nas Bacias de Campos (3 Blocos – Setor SC-AUP3, SC-AUP4); Santos (9 Blocos – Setor SS-AUP5); Pernambuco-Paraíba (5 blocos – Setor SPEPB-AP3); Camamu-Almada (4 blocos – Setor SCAL-AUP); e Jacuípe (3 blocos – SJA-AUP), conforme resultados constantes das Atas de Licitação da 16ª Rodada de Licitações anexadas ao processo SEI nº 48610.204420/2019-20 (SEI nº 0449727; SEI nº 0449732, SEI nº 0449711, SEI nº 0449751, SEI nº 0449786, SEI nº 0449818 - restrito). Para tanto, foram consideradas mantidas as diretrizes ambientais obtidas por ocasião daquele certame.

Adicionalmente, propõe-se a exclusão de 33 blocos e 12 áreas com acumulações marginais que foram arrematados na sessão pública do 1º ciclo da Oferta Permanente, localizados nas Bacias de Sergipe (3 Blocos – Setor SSEAL-AUP2; 1 área com acumulações marginais – Setor SSEAL-T3); Parnaíba (6 Blocos – Setor SPN-N); Potiguar (7 Blocos – Setor SPOT-T2; 12 Blocos e 2 áreas com acumulações marginais – Setor SPOT-T4); Recôncavo (2 Blocos – Setor SREC-T1; 3 Blocos – Setor SREC-T2; 6 áreas com acumulações marginais – Setor SREC-T4); e Espírito Santo (2 áreas com acumulações marginais – Setor SES-T4; 1 área com acumulações marginais – Setor SES-T6), conforme resultados constantes das Atas de Licitação do 1º ciclo da Oferta Permanente anexadas ao processo SEI nº 48610.211217/2019-18 (SEI nº 0399677; SEI nº 0399620, SEI nº 0399633, SEI nº 0399644, SEI nº 0399655, SEI nº 0399668, SEI nº 0399704, SEI nº 0399718, SEI nº 0399706, SEI nº 0399686, SEI nº 0399693).

Desta forma, o edital objeto da presente nota técnica contempla um total de 740 blocos exploratórios e 3 áreas com acumulações marginais.

Importa destacar, por fim, que além do conjunto de áreas a serem incluídas e excluídas, propõe-se também a adequação da área do bloco SEAL-T-166, com acréscimo de área decorrente da inclusão da área do Campo de Japuaçu, conforme recomendação da Superintendência de Definição de Blocos – SDB exposta na Nota Técnica nº 011/2019/SDB/ANP-RJ (SEI nº 0185136).

## **PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PARA A ATUAL REVISÃO DO EDITAL DA OFERTA PERMANENTE**

Diante de um ano e meio de experiência acumulada, esta Superintendência pode observar a necessidade de implementação de alterações no edital da Oferta Permanente, dada a peculiaridade do modelo de contratação e melhorias observadas durante o curso do 1º ciclo da Oferta Permanente, com o intuito de tornar o edital mais claro e objetivo. Nesse sentido, e considerando a oportunidade de revisão do documento, tendo em vista a perspectiva de inclusão de um novo conjunto de blocos exploratórios, foi realizada uma ampla revisão do Edital de Licitações da Oferta Permanente, que contemplou aprimoramentos de forma e conteúdo. Esta revisão reflete o esforço para aprimoramento contínuo das regras estipuladas pela ANP para contratação das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

As alterações de forma visam simplificar o texto, tornar a redação mais clara e objetiva, padronizar procedimentos em relação às demais licitações realizadas pela ANP e organizar a sequência de apresentação das informações para que o novo instrumento convocatório possa ser mais facilmente compreendido pelas interessadas. Para tanto, tem-se como base a redação dos editais mais recentes, em especial do Edital da 16ª Rodada de Licitações, por serem modelos licitatórios mais próximos e terem como regime de outorga a concessão.

Dentre as alterações advindas do Edital da 16ª Rodada de Licitações, destacam-se: (a) a inclusão de novos procedimentos e orientações para as licitantes em função do início de utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI); (b) a alteração relativa a dispensa parcial de apresentação de certidões anteriormente requeridas para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das licitantes, em respeito ao processo desburocratização do governo federal.

Com relação às alterações de conteúdo, destaca-se que este certame traz particularidades decorrentes da natureza do próprio modelo, de modo que ao longo do um ano e meio foi possível observar a necessidade de implementar alterações estruturais ao edital, com o intuito de tornar o modelo mais transparente. Para tanto, modificações estão sendo propostas ao longo do texto, permitindo com que os agentes interessados em participar do procedimento possam ingressar e participar de cada ciclo com regras mais claras e objetivas.

A seguir, em linhas gerais, são apresentadas as seções do edital e as principais alterações nelas implementadas, em relação a sua versão anterior do edital, acompanhadas das respectivas justificativas.

### **SEÇÃO 1 – INTRODUÇÃO**

#### **Seção 1.1 – Aspectos legais**

**Justificativa:** Inclusão de parágrafo com menção ao Decreto nº 9.641, de 27 de dezembro de 2018, que delega competência à ANP para definir blocos em bacias terrestres a serem objeto de licitação, sob regime de concessão, no sistema de Oferta Permanente.

#### **Seção 1.2 – Objetivos da Oferta Permanente**

**Justificativa:** Proposição para que ao longo do texto do edital a denominação dos objetos licitados sob esta modalidade sejam identificados como blocos e áreas ao invés de blocos com risco exploratório, campos produtores e áreas com acumulações marginais, para que o texto seja menos repetitivo. Para tanto, sugere-se a inclusão de texto tal como se segue: “A ANP poderá ofertar de forma permanente que se enquadrem nas condições das Resoluções CNPE nºs 17/2017 e 8/2018, além do Decreto nº 9.641/2018, tais como

blocos com risco exploratório, campos produtores e áreas com acumulações marginais (áreas de concessão com descobertas conhecidas de petróleo e/ou gás natural, onde não houver produção ou a produção foi interrompida por falta de interesse econômico), doravante denominados blocos e áreas.”

Tal sugestão gera impactos ao longo de todo edital, provocando alterações em 1.3, 1.3.1, 1.4, 2, 4.2.4, 4.4, 5, 6, 7.1, 7.2.1, 7.3, 7.3.1, 7.4, 7.4.2, 8, 10, Anexo IV e Anexo XXII, XXV, XXVII.

### **Seção 1.3 – O Procedimento da Oferta Permanente**

**Justificativa:** Seção em que ocorreu alterações de forma e de conteúdo relevantes no edital, com intuito de conferir clareza ao conceito do procedimento da Oferta Permanente, apontando as atividades comuns ao procedimento de forma distinta daquelas específicas a de um ciclo da Oferta Permanente.

Tal proposta deveu-se ao fato dos inúmeros questionamentos recebidos pela Superintendência de Promoção de Licitações (SPL) ao longo do um ano e meio de aplicação do instrumento edilício, apontando dúvidas específicas dos agentes econômicos relacionadas a cada etapa do procedimento. Deste modo, tanto as seções 1.3 e 1.3.1 não só sofreram alterações estruturais, com intuito de conferir que cada uma tratasse do tema específico (1.3 – O Procedimento da Oferta Permanente) e 1.3.1 – Ciclos da Oferta Permanente), como também suas redações tratassem das ações relacionadas a cada uma dessas etapas.

Deste modo, espera-se que os agentes econômicos interessados em participar da Oferta Permanente e de seus ciclos tenham mais clareza das particularidades desta modalidade licitatória, permitindo, com isso que seu ingresso e suas ações sejam facilitadas pela melhor compreensão do edital.

#### **Seção 1.3.1 – Ciclos da Oferta Permanente**

**Justificativa:** Tal como a seção anterior, outra seção em que também ocorreu alterações de forma e de conteúdo relevantes no edital, com intuito de conferir clareza ao conceito do Ciclo da Oferta Permanente. Para tanto, se estabeleceu definição para ciclo da oferta permanente, quais etapas que compreendem o ciclo e que, portanto, faram parte do cronograma a ser estabelecido pela CEL para cada ciclo do procedimento da oferta permanente, considerando o aprendizado e ajustes efetuados durante a realização do 1º Ciclo da Oferta Permanente.

Por sua vez, considerando não haver comando específico no edital vigente para tratar de quando poderiam ser aprovadas novas declarações dos setores de interesse com um ciclo em andamento, o edital ora proposto está sendo alterado para incluir dispositivo que o envio de declarações dos interesse acompanhadas de garantias de oferta serão analisadas sempre após a adjudicação do objeto e homologação do resultado da sessão pública de ciclo em andamento.

#### **Seção 1.4 – Cronograma**

**Justificativa:** Exclusão da seção dado que, com a nova formatação do Edital, os cronogramas serão estabelecidos pela CEL a cada ciclo da oferta permanente. Entende-se que o histórico dos principais eventos do procedimento da Oferta Permanente desde a publicação do pré-edital em 24 de agosto de 2018 deve ser disponibilizado no sítio eletrônico da ANP sempre que houver nova atividade relacionada ao procedimento da Oferta Permanente sendo realizada.

#### **Seção 1.5 – Esclarecimentos sobre disposições do edital**

**Justificativa:** Inclusão de prazo de até 15 (quinze) dias antes da sessão pública de apresentação de ofertas para envio de esclarecimentos sobre disposições do edital, tal como praticado em demais procedimentos licitatórios promovidos pela ANP e conduzidos pela Superintendência de Promoção de Licitações (SPL).

### **SEÇÃO 3 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Justificativa:** As alterações da seção 3 dizem respeito às inovações trazidas pelos editais mais recentes, principalmente no que se refere ao aproveitamento de documentos e à implantação do Sistema Eletrônico

de Informações (SEI). Com o ingresso da Oferta Permanente no SEI, todos os documentos solicitados no Edital deverão ser apresentados à ANP por meio digital, sem prejuízo da apresentação dos originais dos documentos por solicitação da ANP, caso a Agência entenda necessário como suporte à análise da documentação apresentada.

Em linha com disposições legais vigentes, previu-se que os documentos digitalizados encaminhados pela interessada terão valor de cópia simples. Não obstante a mudança na forma de encaminhamento de todos os documentos a serem apresentados pelas empresas interessadas em participar da Oferta Permanente, foi mantida a possibilidade de as interessadas apresentarem fisicamente os documentos em questão no protocolo do Escritório Central da ANP ou entregá-los no serviço de protocolo do mesmo, no caso de impossibilidade do envio dos documentos pelo meio digital. Tal disposição foi mantida visando conferir maior segurança à participação das interessadas, bem como à ANP, evitando-se assim que eventuais ocorrências ou dificuldade no uso do novo sistema venha a prejudicar a inscrição e/ou qualificação das empresas participantes.

Como única exceção ao novo formato de envio de documentos por meio digital, foi incluída instrução específica para as Garantias do Programa Exploratório Mínimo (PEM), do Programa de Trabalho Inicial (PTI) e de Performance. Estes documentos, além do encaminhamento da versão digital a ANP, deverão também ter suas versões originais apresentadas no protocolo da Agência. As Garantias de Oferta deverão ser exclusivamente remetidas fisicamente.

Ademais, informa que na impossibilidade de envio por meio digital, a ANP facultará que a interessada os remeta ao Escritório Central da ANP, ou entregue no serviço de protocolo do mesmo, aos cuidados da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), vedando a apresentação de documentos nos demais escritórios da ANP.

### **Seção 3.2 – Aproveitamento de documentos**

**Justificativa:** As alterações da seção 3.2 dizem respeito às inovações trazidas pelos editais mais recentes, com as devidas adaptações às particularidades do procedimento da Oferta Permanente. No que tange ao aproveitamento de documentos, incluiu-se comando permitindo que documentos que tenham sido submetidos à ANP para fins de inscrição, qualificação e assinaturas de contratos na Oferta Permanente, bem como para inscrição, manifestação de interesse, qualificação e assinatura de contratos nas rodadas de licitações e procedimentos de cessão de contratos a partir de janeiro de 2019 e até 1 (um) ano da data do requerimento de aproveitamento possam ser utilizados para tal fim. Este aprimoramento advém das modificações introduzidas no Edital publicada para a Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa.

Esta proposição poderá ser observada também na redação do Anexo II, que apresenta o referido do requerimento para aproveitamento de documento.

### **SEÇÃO 4 – INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA PERMANENTE**

**Justificativa:** Propõe-se alteração do título da Seção 4 para “Inscrição para participação na Oferta Permanente”, com o objetivo de possibilitar maior entendimento de que a inscrição é necessária uma única vez na Oferta Permanente, dando direito a participação em todos os ciclos que vierem a ser realizados.

No mais, alterações da seção 4 dizem respeito às inovações trazidas pelos editais mais recentes, com as devidas adaptações às particularidades do procedimento da Oferta Permanente.

#### **Seção 4.4 – Aprovação da inscrição**

**Justificativa:** Inclusão de texto determinando que uma licitante inscrita, uma vez divulgado um cronograma de ciclo da Oferta Permanente só pode apresentar oferta na sessão pública de apresentação de oferta do respectivo ciclo, respeitando as regras contidas na seção 7 do edital.

Por sua vez, as tabelas que consolidam a relação de documentos de inscrição licitantes nacionais e estrangeiras e Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e as formalidades de apresentação foram

atualizadas para refletir o recebimento de documentos em formato digital, conforme realizado nos editais mais recentes.

## **SEÇÃO 5 – PACOTES DE DADOS TÉCNICOS**

**Justificativa:** A redação da seção foi aprimorada para alteração da expressão “quando disponível” por “parcialmente ou integralmente” com relação ao conteúdo do pacote de dados. A alteração visa tornar mais claro que, a depender da disponibilidade de dados referente a cada setor/bloco-área licitada, o respectivo pacote poderá abranger total ou parcialmente a estrutura listada no edital.

### **Seção 5.1 – Pacotes de dados técnicos para blocos com risco exploratório**

**Justificativa:** A redação da seção foi aprimorada, com intuito de que estrutura listada no edital reflita de forma mais atual de como o pacote de dados para blocos na Oferta Permanente está estruturado e sendo disponibilizado, tanto para a “Amostra do Pacote de Dados”, acessível a todas interessadas que enviarem o formulário de inscrição e comprovarem o pagamento da taxa de participação quanto para o “Pacote de Dados”, que é opcional e não vinculado à inscrição, nem obriga ou restringe as ofertas da licitante na sessão pública de apresentação de ofertas. Este último está disponível apenas para quem atender integralmente à seção 5.4 do Edital.

## **SEÇÃO 6 – GARANTIA DE OFERTA**

**Justificativa:** Considerando não haver comando específico no edital vigente para tratar de quando poderiam ser aprovadas novas declarações dos setores de interesse com um ciclo em andamento, o edital ora proposto está sendo alterado para incluir tal dispositivo, este já apresentado na seção 1.3.1. Como há apresentação de garantias de oferta, optou-se por indicar a mesma regra nesta seção, fazendo a remissão necessária à seção 1.3.1.

### **Seção 6.5 – Execução da garantia de oferta**

**Justificativa:** Adequação de texto da seção com o intuito de conferir mais clareza de como e para quais situações será realizada a execução da garantia de oferta. Há maior detalhamento para a situação em que uma licitante inscrita que declarou interesse em um determinado setor e não apresentou oferta válida na sessão pública de um ciclo da Oferta Permanente deverá proceder, situação que o edital anterior não apresentava um comando claro.

## **SEÇÃO 7 – APRESENTAÇÃO DE OFERTAS**

### **Seção 7.3 – Procedimento de apresentação de ofertas**

**Justificativa:** Adequação de texto da seção com o intuito de conferir mais clareza de como deverá proceder as licitantes inscritas que apresentaram declaração dos setores de interesse acompanhadas de garantias de ofertas na sessão pública de apresentação de oferta de um ciclo da oferta Permanente, uma vez que ter sido um tema que gerou bastante dúvida quando da realização do 1º ciclo da Oferta Permanente. Optou-se por estabelecer que as licitantes inscritas que apresentarem declaração dos setores de interesse acompanhada de garantias de oferta só poderão apresentar oferta apenas para os blocos ou áreas para os quais manifestaram interesse.

Além deste tema, mereceram atenção outros dois nesta seção, quais sejam: (a) expor que a sequência dos setores dos blocos e áreas em oferta será estabelecida pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente; (b) expor que os representantes credenciados das licitantes somente poderão ingressar na área de oferta, portando envelopes, conforme regras contidas nesta seção.

## **SEÇÃO 8 – QUALIFICAÇÃO**

### **Seção 8.1 – Qualificação jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**

**Justificativa:** Acompanhando os aprimoramentos dos instrumentos editalícios para as rodadas de licitações mais recentes, houve a exclusão da previsão de apresentação, pela licitante inscrita vencedora da sessão pública de um ciclo da Oferta Permanente, de certidões para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. Tais certidões serão obtidas pela ANP, mediante acesso às bases de dados dos órgãos da Administração Pública responsáveis pela emissão de tais certidões.

A esse respeito, cumpre observar que a Portaria Interministerial nº 176/2018, reproduzindo previsão contida no Decreto Federal nº 9.094/2017, estatuiu que, salvo disposição legal em contrário, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal que necessitem de documentos comprobatórios da regularidade da situação de usuários dos serviços públicos, de atestados, de certidões ou de outros documentos comprobatórios que constem em base de dados oficial da Administração Pública federal deverão obtê-los diretamente do órgão ou da entidade responsável pela base de dados, não podendo exigi-los dos usuários de tais serviços.

Entende-se, especialmente no que tange às normas licitatórias voltadas à exploração e produção de petróleo e gás natural produzidas pela ANP, que estas não se situam na órbita de incidência da supracitada Portaria. No entanto, apesar disso, verifica-se que a ANP vem promovendo progressivos aprimoramentos, em seus editais, os quais privilegiam, especialmente, o princípio da boa-fé, a redução de custos das interessadas em participar das licitações, e a desburocratização, em harmonia com os objetivos do Decreto Federal nº 9.094/2017 e da Portaria Interministerial nº 176/2018.

Nesse sentido, embora a alteração proposta preveja que as certidões serão obtidas pela ANP, mediante acesso às bases de dados dos órgãos da Administração Pública responsáveis por sua emissão, cumpre destacar que as licitantes deverão, previamente ao prazo para apresentação dos demais documentos para qualificação, sanar junto aos órgãos competentes eventuais pendências que lhe sejam atribuíveis para a emissão de tais certidões, sob pena de não restar comprovada sua regularidade fiscal ou trabalhista.

## **SEÇÃO 10 – ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

**Justificativa:** Acompanhando os aprimoramentos dos instrumentos editalícios para as rodadas de licitações mais recentes, foram incluídas instruções relacionadas ao envio, por meio do SEI, dos documentos previstos nesta seção.

### **Seção 10.1 – Documentos para assinatura dos contratos de concessão**

**Justificativa:** A redação da seção foi alterada para apresentar as novas instruções para as licitantes a respeito dos documentos a serem apresentados para a assinatura dos contratos de concessão em função da utilização do SEI.

Antes da implantação do SEI as licitantes deveriam apresentar apenas um conjunto de documentos para assinatura dos contratos, independentemente da quantidade de blocos ou áreas arrematados. No âmbito do SEI, as licitantes devem encaminhar um conjunto de documentos de assinatura para cada um dos contratos que serão assinados. As alterações da seção também contemplam orientação específica a respeito dos documentos societários e de regularidade fiscal e trabalhista que, embora sejam documentos requeridos para os processos de assinatura dos contratos, deverão ser peticionados pelas licitantes em seus respectivos processos de qualificação.

### **Seção 10.1.2 – Garantias financeiras**

**Justificativa:** Foi incluída instrução de como proceder em relação ao prazo de validade que deve constar nas garantias financeiras nas modalidades de carta de crédito e seguro garantia (data de início e fim) a serem apresentadas para cobrir as obrigações do Programa Exploratório Mínimo ou Programa de Trabalho Inicial compromissados pelas licitantes, uma vez que cada ciclo possui cronograma distinto.

Deste modo, optou-se por estabelecer uma regra geral e apontar que a ANP divulgará, para cada ciclo da Oferta Permanente, o período de validade das garantias financeiras no sítio eletrônico <http://rodadas.anp.gov.br>, bem como informará individualmente à cada licitante vencedora convocada ou a



afiliada por ela indicada celebrar o(s) contrato(s) de concessão por meio de mensagem eletrônica ao representante credenciado principal da licitante.

Isto posto, foi necessário proceder a revisão dos Anexos XXIII e XXIX do Edital para acompanhar a questão relacionada a validade acima exposta.

#### **Seção 10.1.3 – Bônus de Assinatura**

**Justificativa:** A redação desta seção difere daquela constante do Edital da 16ª Rodada de Licitações, em função dos valores monetários dos Bônus de Assinatura da Oferta Permanente terem valores variabilidade muito alta, tendo a possibilidade de existir créditos de valores muito pequenos à favor da União. Diante disto, por orientação da Secretaria do Tesouro, e em virtude da característica de que as empresas de pequeno porte (que provavelmente serão as que irão efetuar a maior parte das movimentações financeiras relacionadas aos bônus de assinaturas desses pequenos montantes), a orientação é manter mecanismos mais fáceis de operacionalização de pagamento.

#### **Seção 10.1.8 – Comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista**

**Justificativa:** Tal como exposto na justificativa de alteração da seção 8.1, contida nesta Nota Técnica, que prevê que as certidões para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista serão obtidas pela ANP, mediante acesso às bases de dados dos órgãos da Administração Pública responsáveis por tal emissão, tornou-se necessário adequar o texto desta seção.

Nesse sentido, as certidões com data de validade expirada não serão mais apresentadas pelas licitantes vencedoras, e sim obtidas pela ANP para fins de análise e comprovação de que a regularidade fiscal e trabalhista se mantém para assinatura do contrato de concessão. Cumpre destacar que as licitantes deverão, previamente ao prazo para apresentação dos demais documentos para assinatura do contrato, sanar junto aos órgãos competentes, eventuais pendências que lhe sejam atribuíveis para a emissão de tais certidões, sob pena de não restar comprovada sua regularidade fiscal ou trabalhista.

### **SEÇÃO 11 – PENALIDADES**

**Justificativa:** Acompanhando os aprimoramentos dos instrumentos editalícios para as rodadas de licitações mais recentes, com as devidas adaptações às particularidades do procedimento da Oferta Permanente.

### **SEÇÃO 12 – ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES SOBRE A LICITAÇÃO**

**Justificativa:** Acompanhando os aprimoramentos dos instrumentos editalícios para as rodadas de licitações mais recentes, com as devidas adaptações às particularidades do procedimento da Oferta Permanente.

## **ANEXOS**

### **ANEXO I – DETALHAMENTO DOS BLOCOS COM RISCO EXPLORATÓRIO E DAS ÁREAS COM ACUMULAÇÃO MARGINAL EM OFERTA PERMANENTE**

**Justificativa:** Além das alterações decorrentes das inclusões, exclusões e/ou alterações em blocos e áreas em oferta, houve também atualização de alguns parâmetros técnicos e econômicos mencionados no Anexo I do edital (Tabela 14 e 15), bem como da lista de coordenadas geográficas constantes da Parte 1 e Parte 2 deste Anexo.

### **ANEXO II – REQUERIMENTO PARA APROVEITAMENTO DE DOCUMENTOS**

**Justificativa:** Acompanhando os aprimoramentos dos instrumentos editalícios para as rodadas de licitações mais recentes, foram incluídas as alterações relacionadas ao envio, por meio do SEI, dos documentos previstos no requerimento para aproveitamento de documentos, com as devidas adaptações às particularidades do procedimento da Oferta Permanente.

#### **ANEXO IV – PAGAMENTO DE TAXAS DE ACESSO AO PACOTE DE DADOS TÉCNICOS**

**Justificativa:** Considerando as inclusões, exclusões e/ou alterações em blocos e áreas em oferta houve atualização das Tabelas deste Anexo em função dos valores nela apresentados.

#### **ANEXO IX – TERMO DE COMPROMISSO DE ADEQUAÇÃO DO OBJETO SOCIAL**

**Justificativa:** Correção do termo de compromisso para conferir abrangência correta ao objetivo da Oferta Permanente que é outorga de contratos de concessão para exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural no Brasil.

#### **ANEXO X – TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA EMPRESÁRIA SEGUNDO AS LEIS BRASILEIRAS OU DE INDICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA EMPRESÁRIA BRASILEIRA CONTROLADA JÁ CONSTITUÍDA PARA ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

**Justificativa:** Correção do termo de compromisso para conferir abrangência correta ao objetivo da Oferta Permanente que é outorga de contratos de concessão para exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural no Brasil.

#### **ANEXO XIII – DECLARAÇÃO DOS SETORES DE INTERESSE**

**Justificativa:** Alteração do dispositivo exposto ao final da declaração, de forma a apontar claramente que setores que não obtiverem interesse por parte das licitantes, através do recebimento de declaração dos setores de interesse acompanhada de garantia de oferta e estas aprovadas pela Comissão Especial de Licitação (CEL), não farão parte da sessão pública de apresentação de ofertas de um ciclo da Oferta Permanente.

#### **ANEXO XIV – EQUIVALÊNCIA DE UNIDADES DE TRABALHO**

**Justificativa:** A Superintendência de Exploração (SEP), no âmbito do processo de melhoria continua dos instrumentos licitatórios da ANP, em especial da Oferta Permanente e da 17ª Rodada de Licitações que estão em curso, julga adequado que a fiscalização com o intuito de atestar que os poços serão perfurados com o objetivo de investigar a presença de hidrocarbonetos seja executada no momento da apresentação e aprovação da Notificação de Perfuração de Poços (NPP) e não como uma obrigatoriedade estabelecida em edital, que não leva em consideração as particularidades geológicas e exploratórias de cada bloco. Deste modo, sugere a alteração da redação para o item “Poços Exploratórios” do referido anexo. As motivações técnicas para a referida modificação estão apresentadas nos itens 36 a 50 da Nota Técnica nº 23/2019/SEP/ANP-RJ.

Além da alteração acima exposto, a Tabela 20 sofreu alteração na forma de apresentação, tendo em vista que alguns dados nela contidos optou-se por apresenta-los na Tabela 14.

#### **ANEXO XV – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA A ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

**Justificativa:** Correção da declaração para conferir abrangência correta ao objetivo da Oferta Permanente que é outorga de contratos de concessão para exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural no Brasil.

#### **ANEXO XVI – DECLARAÇÃO SOBRE PENDÊNCIAS LEGAIS OU JUDICIAIS RELEVANTES**

**Justificativa:** Correção da declaração para conferir abrangência correta ao objetivo da Oferta Permanente que é outorga de contratos de concessão para exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural no Brasil.

**ANEXO XXIII – MODELO DE CARTA DE CRÉDITO PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO OU DO PROGRAMA DE TRABALHO INICIAL E ANEXO XXIV – MODELO DE SEGURO GARANTIA PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO OU DO PROGRAMA DE TRABALHO INICIAL**

**Justificativa:** Observar as justificativas apresentadas para a seção 10.1.2 (Garantias financeiras).

**ANEXO XXV – DECLARAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA CONSORCIADA SOBRE AS GARANTIAS FINANCEIRAS DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO OU DO PROGRAMA DE TRABALHO INICIAL**

**Justificativa:** Correção da declaração para conferir abrangência correta ao objetivo da Oferta Permanente que é outorga de contratos de concessão para exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural no Brasil.

**ANEXO XXVIII – TERMO DE COMPROMISSO DE DESATIVAÇÃO E ABANDONO DE POÇOS**

**Justificativa:** Considerando as inclusões, exclusões e/ou alterações em áreas com acumulações marginais em oferta houve atualização da Tabela deste Anexo em função dos Poços a serem selecionados e do PTI mínimo nele apresentados.

**PARÂMETROS TÉCNICOS E ECONÔMICOS Da NOVA VERSÃO DO EDITAL DA OFERTA PERMANENTE**

São dez os parâmetros técnicos e econômicos que integram o novo edital da Oferta Permanente, quais sejam:

1. Definição das atividades exploratórias de geologia e geofísica a serem consideradas para o abatimento do Programa Exploratório Mínimo (PEM) e da sua relação de equivalência das Unidades de Trabalho (UTs) dessas atividades;
2. Definição do Programa Exploratório Mínimo (PEM);
3. Definição do Programa de Trabalho Inicial (PTI);
4. Definição dos valores mínimos, em reais, dos Bônus de Assinatura;
5. Alíquotas de *Royalties* (%);
6. Definição dos valores, em reais, do Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área;
7. Definição dos valores, em reais, do Patrimônio Líquido Mínimo (PLM);
8. Definição dos valores, em reais, da Taxa de Participação e Acesso ao Pacote de Dados;
9. Definição dos valores, em reais, das Garantias Financeiras;
10. Definição da duração da Fase de Exploração.

**Definição das atividades exploratórias de geologia e geofísica a serem consideradas para o abatimento do Programa Exploratório Mínimo (PEM) e da sua relação de equivalência das Unidades de Trabalho (UTs)**

A Nota Técnica nº 34/2019/SPL/ANP-RJ (SEI nº 0475784): (i) propõe as atividades exploratórias de geologia e geofísica a serem consideradas para o abatimento do Programa Exploratório Mínimo (PEM); e (ii) define a relação de equivalência das Unidades de Trabalho (UTs) dessas atividades.

Com relação ao item (i) acima, para fins de cumprimento do Programa Exploratório Mínimo, serão considerados nove categorias de atividades exploratórias de geologia e geofísica: (a) Perfuração de poço exploratório; (b) Levantamentos sísmicos; (c) Reprocessamentos sísmicos; (d) Métodos potenciais (gravimétricos, gradiométricos e magnetométricos); (e) Levantamentos gamaespectrométricos; (f) Levantamentos eletromagnéticos; (g) Reprocessamentos eletromagnéticos; (h) Levantamentos geoquímicos; e (i) Batimetria multifeixe.

Tais atividades exploratórias deverão ser realizadas durante a fase de exploração do contrato de concessão para fins de cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (PEM), conforme compromisso assumido na assinatura do contrato de concessão.

A equivalência das atividades exploratórias em Unidades de Trabalho (UT) corresponde a relação entre os custos médios de realização das atividades exploratórias e os custos médios de perfuração de poço exploratório.

Os custos das atividades exploratórias de geologia e geofísica foram estimados considerando as informações e dados armazenados no banco de dados do Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção (SIGEP/ANP).

Os custos levantados a partir da referida base de dados da ANP passaram por um tratamento estatístico, do qual se obteve o valor mais provável. Na ausência de informação ou de uma base de dados não razoável, foram consideradas, para o cálculo dos custos médios das atividades de geologia e geofísica, os custos dos serviços de geologia e geofísica contratados pela ANP.

A equivalência de UTs é definida conforme a resolução de uma regra de três simples (resolução de problemas de quatro valores, dos quais três são conhecidos). No cálculo multiplica-se o valor em UTs de um poço (1.000 UTs) pelo resultado da divisão do custo estimado da atividade exploratória de geologia e geofísica (seja ela mensurada por R\$/km, R\$/km<sup>2</sup>, R\$/amostra) dividido pelo custo estimado da perfuração do poço.

Tais valores estão disponíveis na nova versão do Edital no ANEXO XIV.

#### **Definição do Programa Exploratório Mínimo (PEM)**

A definição do Programa Exploratório Mínimo (PEM) em Unidades de Trabalho (UTs) proposta para a Oferta Permanente é detalhada e justificada na Nota Técnica nº 035/2019/SPL/ANP-RJ(SEI nº 0473268). Tais parâmetros foram definidos visando estimular investimentos exploratórios que resultem em maior volume de dados das bacias sedimentares brasileiras em quantidade e qualidade suficientes para permitir a avaliação do potencial de blocos ou setores, bem como o sucesso exploratório e seus desdobramentos (aumento de reservas de petróleo e gás natural e futura produção).

Para o cálculo do PEM (em UTs), as seguintes premissas foram consideradas: (i) o ambiente/modelo exploratório da área; (ii) a ordem de grandeza da área do bloco para o setor; e (iii) a produção comum das atividades de geologia e geofísica que vêm sendo realizadas pelas concessionárias nos blocos exploratórios concedidos.

Com relação ao item (iii), para inferir a produção de tais atividades exploratórias nas bacias sedimentares brasileiras foram utilizadas as informações cadastradas no SIGEP/ANP. A partir de um tratamento estatístico, com base na classe modal (maior frequência), pode-se inferir a quantidade/produção das atividades exploratórias que vem sendo realizada pelas concessionárias nos blocos exploratórios, seja localizado em bacia terrestre, seja em bacia marítima.

O PEM ofertado ou definido na nova versão do edital deverá ser cumprido integralmente durante a fase de exploração e, somente serão aceitos para abatimento das UTs os levantamentos realizados dentro da área do bloco.

Os valores do PEM para cada bloco exploratório estão definidos na nova versão, ANEXO I, Tabela 14.

#### **Definição do Programa de Trabalho Inicial (PTI)**

A definição do Programa de Trabalho Inicial (PTI) proposta para a Oferta Permanente é detalhada e justificada na Nota Técnica nº 036/2019/SPL/ANP-RJ (SEI nº 0473330).

A definição do PTI é realizada pela Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP) considerando o conhecimento técnico das áreas com acumulações marginais, inclusive a qualidade e número de poços existentes. As atividades propostas podem compreender: AT1 - Reentrada em poço visando à reabilitação da produção; AT2 - Teste de Longa Duração; AT3 - Teste de Formação; AT4 - Reinterpretação sísmica 2D; e AT5- Reinterpretação sísmica 3D.

O PTI já é definido em contrato e compreende o conjunto mínimo de atividades a ser executado nas áreas com acumulações marginais e deve ser obrigatoriamente e integralmente cumprido durante a Fase de Reabilitação, sob pena de execução da garantia apresentada pelo concessionário.

O PTI está definido para cada área com acumulações marginais na nova versão, ANEXO I, Tabela 15.

### **Definição dos valores mínimos, em reais, dos Bônus de Assinatura**

Os valores mínimos dos Bônus de Assinatura para a Oferta Permanente foram propostos pela Nota Técnica Conjunta nº 11/2019 (SEI nº 0474796), baseada em metodologia e atividade conjunta com a Superintendência de Definição de Blocos (SDB), tal como referências mencionadas na citada nota.

A Lei do Petróleo, em seu artigo 46, determina que os editais de licitação da ANP estabeleçam, a cada rodada, um valor mínimo para o bônus de assinatura a ser pago como um dos requisitos para assinatura do contrato de concessão.

Para a determinação do Bônus Mínimo na Oferta Permanente, foi aplicada metodologia similar a utilizada na 16ª Rodada de Licitações, conforme formula abaixo.

Assim como na 16ª Rodada de Licitações, o valor do Bônus Mínimo é determinado pela multiplicação de um Bônus de Referência de Mercado pelas variáveis; (i) Área Proporcional do Bloco/Área; (ii) Atratividade Exploratória do Bloco/Área, multiplicado por dois e elevada ao quadrado; (iii) Nota de Densidade de Dados; e (iv) Nota de Infraestrutura dos setores onde estão localizados os respectivos blocos.

$$B = R \times (2E)^2 \times D \times I \times A$$

Onde:

B = Bônus de Assinatura Mínimo

R: Bônus de Referência de Mercado

E: Nota de Atratividade Exploratória do bloco

D: Nota de Densidade de Dados

I: Nota de Infraestrutura

A: Área Proporcional do bloco

O Bônus de Referência é calculado a partir dos valores ofertados pelas empresas nas rodadas de licitações anteriores, ajustados em função do preço do barril do petróleo.

Utilizando essa metodologia, espera-se que os valores de bônus mínimo estimados para os blocos reflitam a atratividade das áreas em seus respectivos ambientes exploratórios sem, entretanto, desestimular a participação do maior número possível de empresas no certame.

Os valores de Bônus de Assinatura estão definidos para cada bloco exploratório e área com acumulações marginais na nova versão, ANEXO I, Tabelas 14 e 15.

### **Definição das alíquotas de *Royalties***

A Nota Técnica Conjunta nº 10/2019 (SEI nº 0474775) propõe a alteração dos valores de alíquotas de *Royalties*, com base em estudo realizado em conjunto com a Superintendência Participações Governamentais (SPG), para os blocos e áreas na Oferta Permanente.

Esta revisão das alíquotas considera os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, em consonância com o artigo 47 da Lei 9.478/97, visando estimular investimentos que se materializem em incrementos na produção de petróleo e/ou gás natural, com aumento nas participações governamentais e na geração de empregos e de renda para o país.

A metodologia proposta para a alteração das alíquotas de *Royalties* considerou na fórmula, como premissas, risco geológico inerente ao modelo exploratório/ambiente operacional; densidade de dados sísmicos disponíveis; expectativa de produção.

Para os Setores em oferta, com base na metodologia de cálculo proposta, os valores de alíquotas de *royalties* foram definidos e estão variando conforme segue:

- a. 5% para áreas marítimas na Bacia de Jacuípe, Pelotas e Pernambuco – Paraíba (SJA-AUP, SP-AP4, SP-AR4, SP-AUP4 e SPEPB-AP3);
- b. 5% para áreas terrestres na Bacia do Paraná (SPAR-CN, SPAR-N);
- c. 7,5% para áreas marítimas nas Bacias do Camamu-Almada, Ceará, Espírito Santo, Jacuípe, Potiguar e Sergipe – Alagoas (SCAL-AP1, SCAL-AP2, SCAL-AUP, SCE-AP2, SCE-AP3, SES-AP1, SES-AP2, SJA-AP, SPOT-AP1, SPOT-AR1, SSEAL-AUP1, SSEAL-AUP2);
- d. 7,5% para áreas terrestres na Bacia do Espírito Santo, Parnaíba, Potiguar, Recôncavo, Sergipe – Alagoas e Tucano – Sul (SES-T2, SES-T4, SES-T6, SPN-N, SPN-O, SPN-SE, SPOT-T1B, SPOT-T2, SPOT-T3, SPOT-T4, SPOT-T5, SREC-T1, SREC-T2, SREC-T3, SREC-T4, SSEAL-T1, SSEAL-T2, SSEAL-T3, STUC-S);
- e. 10% para áreas marítimas nas Bacias de Campos, Santos e Sergipe – Alagoas (SC-AR2, SC-AR3, SC-AR4, SC-AUP3, SC-AUP4, SS-AP4, SS-AR2, SS-AR3, SS-AR4, SS-AUP1, SS-AUP5, SSEAL-AP1, SSEAL-AP2).

Os valores do Bônus de Assinatura estão definidos na nova versão, ANEXO I, Tabelas 14 e 15.

### **Definição dos valores, em reais, do Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área**

A Nota Técnica nº 39/2019/SPL/ANP-RJ (SEI nº 0473422) detalha e justifica os valores do Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área para os blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais em oferta na Oferta Permanente.

A metodologia proposta para definir o valor do pagamento pela ocupação ou retenção de área considera as características geológicas, o ambiente/modelo exploratório, a infraestrutura e a densidade de dados disponíveis nos setores dos blocos em oferta, dentro dos limites permitidos e em conformidade com o disposto parágrafo 3º do artigo 28 do Decreto nº 2.705/98.

Adicionalmente, como forma de incentivo a participação de empresas de pequeno e médio porte, de acordo com o artigo 65 da Lei nº 12.351/10, o valor do Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área para os blocos em bacias maduras foi fixado no limite inferior permitido pelo Decreto nº 2.705/98.

Os valores do Bônus de Assinatura estão definidos na nova versão, ANEXO I, Tabelas 14 e 15.

### **Definição dos valores, em reais, do Patrimônio Líquido Mínimo (PLM)**

Os valores propostos para o Patrimônio Líquido Mínimo para que uma licitante possa ser qualificada financeiramente nas diferentes categorias previstas no novo edital da Oferta Permanente estão detalhados e justificados na Nota Técnica nº 40/2019/SPL/ANP-RJ (SEI nº 0473496).

Em síntese, o valor estabelecido em reais (R\$) do Patrimônio Líquido Mínimo (PLM) exigido para a qualificação econômico-financeira teve como base o valor do custo médio de um poço perfurado no respectivo ambiente. O modelo proposto considerou como premissa a perfuração de um poço até o final da fase de exploração. O valor do custo médio de um poço foi calculado a partir da média ponderada das classes do histograma referentes aos custos das perfurações de poços exploratórios, levando-se em consideração a singularidade dos seguintes ambientes: águas profundas, águas rasas e terra (não remota).

No caso de qualificação como Não-Operadora, é exigido um patrimônio líquido equivalente a 25% do PLM necessário para qualificação de uma Operadora no mesmo ambiente operacional. Essa proposta visa compatibilizar o porte financeiro das empresas com os volumes de investimentos característicos da atividade.

A base de dados utilizada foi o Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção (SIGEP), especificamente a Situação Operacional do Poço (SOP), sistema que registra o status da perfuração, entre outras informações, e o acumulado do custo (em US\$) do poço.

Com base em tais premissas, o Patrimônio Líquido Mínimo (PLM) definido na nova versão do Edital para fins qualificação econômico-financeira é:

OPERADORA A – R\$ 176.000.000,00

OPERADORA B – R\$ 76.000.000,00

OPERADORA C – R\$ 6.000.000,00

OPERADORA D – R\$ 900.000,00

#### **Definição dos valores, em reais, da Taxa de Participação e Taxa de Acesso ao Pacote de Dados**

A definição dos valores de Acesso ao Pacote de Dados encontra-se detalhada e justificada na Nota Técnica nº 41/2019/SPL/ANP-RJ (SEI nº 0473673).

O objetivo é o de propor valores a taxa de acesso ao pacote de dados de cada setor, ou conjunto de setores, onde se localizam os blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais, conforme disposto no novo edital da Oferta Permanente.

Os valores de taxa de acesso ao pacote de dados ora propostos foram recalculados conforme metodologia já apresentada na Nota Técnica 19/2018/SPL, considerando a inclusão novos setores em oferta, a atualização da taxa de adesão ao plano de acesso de dados do BDEP Banco de Dados de Exploração e Produção da ANP) e ajustes necessários.

Para o referido cálculo, foram atribuídos pesos aos setores (considerando os fatores relativos aos ambientes e modelos exploratório) e os custos de recuperação dos dados no BDEP-ANP.

Do exposto, com base na metodologia de cálculo da Taxa de Acesso ao Pacote de Dados, têm-se os seguintes novos valores arredondados para a Oferta Permanente.

No que diz respeito à Taxa de Participação, a Nota Técnica nº 23/2018/SPL detalha e justifica a definição da Taxa de Participação e Acesso à Amostra de Dados para a Oferta Permanente. Uma vez não ter ocorrido alteração neste parâmetro, mantêm-se a metodologia na nota supracitada.

### **Blocos Exploratórios**

- a. R\$ 30.000,00 para setores terrestres Maduro e de Nova Fronteira (SES-T2, SES-T4, SES-T6, SPOT-T1B, SPOT-T2, SPOT-T3, SPOT-T4, SPOT-T5 SREC-T1, SREC-T2, SREC-T3, SREC-T4, SSEAL-T1, SSEAL-T2, SSEAL-T3, SSEAL-T4, SSEAL-T5 STUC-S);
- b. R\$ 60.000,00 para setores terrestres de Nova Fronteira (SAM-O, SPAR-CN, SPAR-N, SPN-N, SPN-O, SPN-SE, SSF-S, );
- c. R\$ 90.000,00 para setores marítimos de Nova Fronteira (SPAMA-AR1, SS-AR2, SS-AR3, SS-AR4);
- d. R\$ 120.000,00 para setores marítimos de Nova Fronteira (SCAL-AP1, SCAL-AP2, SCAL-AUP, SCE-AP2, SCE-AP3, SES-AP1, SES-AP2, SJA-AP, SJA-AUP, SP-AP4, SP-AUP4, SP-AR4, SPEPB-AP3, SPOT-AP1, SPOT-AR1);
- e. R\$ 150.000,00 para setores marítimos de Elevado Potencial (SC-AR2, SC-AR3, SC-AR4);
- f. R\$ 190.000,00 para setores marítimos de Elevado Potencial (SC-AP2, SC-AUP3, SC-AUP4, SS-AUP1, SS-AUP5, SS-AP4, SSEAL-AP1, SSEAL-AP2, SSEAL-AUP1, SSEAL-AUP2).

### **Áreas com Acumulações Marginais**

- a. R\$ 15.000,00 para setores terrestres Maduro (SES-T6, SREC-T4);
- b. R\$ 30.000,00 para setores terrestres de Nova Fronteira (SSOL-C).

### **Definição dos valores, em reais, das Garantias Financeiras**

Os valores das Garantias de Oferta para a Oferta Permanente são propostos e justificados na Nota Técnica nº 42/2019/SPL/ANP-RJ (SEI nº 0473678).

Deste modo é proposto um modelo de precificação do valor das garantias de oferta, segundo o qual o valor da garantia seja determinado pela soma de duas parcelas: (i) o valor médio do bônus mínimo (por localização dos blocos/áreas) multiplicado pelo risco de inadimplência (XL), e (ii) o valor médio do bônus mínimo (por localização dos blocos/áreas) multiplicado pelo percentual sugerido pela SUSEP para garantias de ocorrência (1%).

A proposta ora apresentada representa a mesma metodologia utilizada desde a 13ª Rodadas de Licitações para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, que leva em consideração o atual cenário econômico da indústria mundial do petróleo. Isto porque a emissão de garantias de oferta representa um custo associado à participação das empresas no certame. Este custo é, em geral, ponderado pelas licitantes à luz do ganho esperado do leilão, o qual, por sua vez, é função, dentre outros, da expectativa futura de preços do barril do petróleo.

Já os valores das Garantias Financeiras do Programa Exploratório Mínimo (PEM), conforme definido na Nota Técnica 22/2018/SPL/ANP-RJ, é calculada observando o percentual de 30% do valor financeiro do PEM ofertado considerando o valor unitário da Unidade de Trabalho atualizado na Nota Técnica 34/2019/SPL/ANP-RJ (SEI nº 0473214).

As Garantias Financeiras estão definidas na nova versão do Edital, ANEXO I, Tabelas 14 e 15.

### **Definição da duração da Fase de Exploração**

Considerando a definição de um período exploratório único, a Nota Técnica nº 24/2018/SPL detalha e justifica a definição da duração da Fase de Exploração para os blocos exploratórios disponíveis na Oferta Permanente. Uma vez não ter ocorrido alteração neste parâmetro, mantêm-se a metodologia na nota supracitada.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente nota técnica apresentou e justificou as alterações incorporadas na nova versão do edital da Oferta Permanente. Tais alterações são decorrentes da necessidade de implementar alterações estruturais ao documento, dada a peculiaridade do modelo de contratação e melhorias observadas durante o curso do 1º ciclo da Oferta Permanente, com o intuito de tornar o edital mais claro e objetivo, bem como em razão da função da inclusão de novos blocos e áreas que obtiveram manifestação quanto à viabilidade ambiental, da inclusão de blocos que não foram arrematados na 16ª Rodada de Licitações e da exclusão de blocos e áreas que foram arrematados no 1º ciclo da Oferta Permanente.

Superintendência de Promoção de Licitações